

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

→ PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2015

ÍNDICE

1- APRESENTAÇÃO	03
2- CONTROLE INTERNO	03
2.1 Lei, Decreto e Portaria que institucionalizou o Controle Interno	03
3- DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO PLANO PLURIANUAL	03
3.1 Plano Plurianual – Exame do Cumprimento das Metas conforme Disponibilidade de Recursos de Convênio e Recursos Próprios	03
3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação com a Receita Arrecadada	05
4- GESTÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	05
4.1 Elaboração do Orçamento	05
4.2 Gestão Econômica e Financeira – Execução Orçamentária	07
4.3 Dos Créditos Orçamentários e Adicionais	07
4.4 Balanço Orçamentário	07
4.5 Balanço Financeiro	08
4.6 Comparativo da Receita Arrecadada – 2013/2014/2015	08
4.7 Comparativo da Despesa Realizada por Função – 2013/2014/2015	09
4.8 Balanço Patrimonial	10
4.9 Ativo Financeiro	11
4.10 Ativo Permanente	11
4.11 Créditos	11
4.12 Passivo Permanente	11
5 CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11
6 LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR E LIMITES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL	12
6.1 Inscrição de Restos a Pagar	12
6.2 Despesa com Pessoal	12
6.3 Despesa com Serviços de Terceiros	12
7 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	12
7.1 Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino	12



7.2 Demonstrativo da Aplicação de Recursos Recebidos do FUNDEB	12
7.3 Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços em Saúde	13
8 REPASSE MENSAL DOS RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO	13
9 APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO	13
10 PATRIMÔNIO	14
11 CONCLUSÃO	15

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Augusto', is written across the page. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'A' and a long horizontal stroke extending to the right.

1- APRESENTAÇÃO

O Município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar 101/00, no parágrafo 3º, do art. 42 da Lei Complementar nº.102/08, e as Instruções Normativas de nº08/2003 e 05/2009 do TCE / MG, artigo 43 da Lei Orgânica do Município combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal nº.4.320, de 17 de março de 1964, apresenta o Relatório Anual de Controle Interno referente ao exercício de 2015, que tem como objetivo evidenciar as informações contábeis de forma transparente e analisar os principais aspectos da gestão econômica, financeira, patrimonial e administrativa deste Município, buscando traduzir os dados contidos na Prestação de Contas, parte integrante deste relatório, atendendo assim a Lei de Responsabilidade Fiscal e as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

2- CONTROLE INTERNO

2.1- Lei, Decreto e Portaria que institucionalizou o Controle Interno

O Controle Interno do Município de Abre Campo foi instituído pela Lei nº. 22 de 15/04/2013. A Portaria nº. 079, de 15 de abril de 2014, designa servidor para ser responsável pelo Controle Interno do Município de Abre Campo.

3 - DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO PLANO PLURIANUAL

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi aprovada através da Lei nº. 1.465/2014 de 22 de dezembro de 2014, estabelecendo as diretrizes gerais para elaboração do orçamento para o exercício de 2015. As prioridades e metas fiscais da Administração estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias tratam de gastos com pessoal, educação, saúde e o cumprimento dessas metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encontram-se abaixo especificado:

3.1 PLANO PLURIANUAL – Exame do Cumprimento das Metas Conforme Disponibilidade de Recursos de Convênio e Recursos Próprios.

A Comissão de Controle verificou que em 2015 foram atendidas as metas e diretrizes do Plano Plurianual, de acordo com as disposições legais.

Destacamos aqui as despesas mais relevantes inseridas no Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 1.448/2013, de 13 de dezembro de 2013 e que estão sendo concretizadas no exercício de 2014/2015, conforme segue abaixo:

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – DESPESA POR ELEMENTO – OBRAS E INSTALAÇÕES.



EMPENHO	PPA	ORÇAMENTO EMPENHADO	ORÇAMENTO PAGO	OBJETO	CONCLUÍDO
954	1121 R\$ 25.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 17.577,20	Constr Ampli. Ref. Unidade de Saúde	Em andamento
1162	1121 R\$ 213.000,00	R\$ 208.102,75	R\$ 13.192,20	Constr. Ampli. Ref. Policlínica SUS	Concluído
1162	1121 R\$213.000,00	R\$ 208.102,75	R\$ 5.285,11	Constr. Ampli. Ref. Policlínica SUS	Concluído
1170	1121 R\$670.000,00	R\$ 273.269,75	R\$ 54.447,25	Reforma da UBS do Distrito de Granada	Em andamento
1170	1121 R\$ 670.000,00	R\$ 273.269,75	R\$ 95.782,19	Reforma da UBS do Distrito de Granada	Em andamento
1232	1121 R\$ 670.000,00	R\$ 414.882,42	R\$ 79.036,45	Constr. UBS do Pouso Alto	Concluído
1232	1121 R\$ 670.000,00	R\$ 414.882,42	R\$ 173.758,60	Constr. UBS do Pouso Alto	Em andamento
2033	1121 R\$ 600.000,00	R\$ 921.802,20	R\$ 466.483,31	Constr. UBS Bairro Esplanada	Em andamento
2183	1102	65.993,41	65.993,41	Estação de Tratamento de Água	Concluído
465	1089 R\$ 500.000,00	R\$ 45000,00	R\$ 39.066,00	Reformas de Prédios Escolares	Concluído
566	1089 R\$500.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 22.252,00	Reformas de Prédios Escolares	Concluído
760	1089 R\$500.000,00	R\$ 184.890,95	R\$ 89.825,28	Constr. Da Cobertura da quadra de esportes da Escola da Comun. Das Flechas	Em andamento
976		85.114,74	4.488,19	Construção quadra Poliesportiva do Bairro do Rosário	Em andamento
142	1097	234.816,42	234.816,02	Calçamento de Ruas da sede e Distrito de Granada	Concluído
2108 4	1089 R\$500.000,00	R\$ 507.468,52	R\$ 166.229,71	Constr. da quadra poliesportiva cobertura com vestiários da Escola da	Em andamento



3.2 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - Comparativo das Metas Bimestrais de Arrecadação com a Receita Arrecada:

Bimestre	Meta de Arrecadação Prevista	Receita Arrecadada
*1º	5.541.301,68	5.412.419,20
*2º	5.674.131,20	4.097.610,58
3º	4.614.410,56	4.978.193,39
*4º	4.572.858,08	4.128.811,47
*5º	4.603.541,67	3.912.013,92
*6º	4.817.283,91	4.738.022,17
Total	29.823.527,10	27.267.070,73

- Nos 1º, 2º, 4º, 5º e 6º bimestres, as metas ficaram comprometidas devido à queda de arrecadação de algumas receitas em relação ao esperado na elaboração do Orçamento. A Administração Municipal está viabilizando os meios possíveis para atingir a metas previstas, através de programas de capacitação de servidores e melhoramento do setor tributário para otimizar a arrecadação de receitas.
- Observa-se que a receita de capital ainda não foi alcançada pelo fato das obras se encontrarem em fase de andamento, ou seja, não estão concluídas até o presente momento, por isso, a arrecadação demonstra um déficit orçamentário.

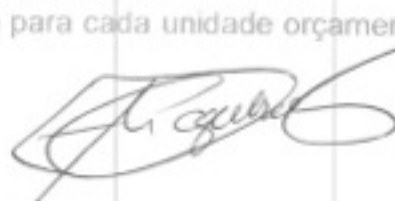
4 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

4.1- Elaboração do Orçamento

O Orçamento Programa deste Município foi elaborado conforme disposições contidas na Lei 4.320/64 e demais legislações pertinentes. Procurou-se durante o processo de elaboração da Proposta Orçamentária, verificar quais eram as demandas existentes no Município de Abre Campo e equacioná-las diante da estimativa de receita para o exercício. No exercício de 2013, foi elaborada a Lei Municipal que dispõe sobre Plano Plurianual de Ações para o quadriênio de 2013/2017, estabelecendo metas e diretrizes para esse quadriênio. Em 2015, através da Lei Municipal nº. 1.484/2015, foram incluídas novas ações no Plano Plurianual do Município de Abre Campo com intuito de beneficiar o Município com novos projetos.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar o critério de evolução média da receita, a previsão do índice de repasse do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ao Município e as alterações na legislação tributária.

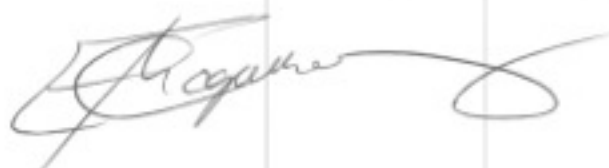
A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar



quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica da ocorrência e do montante das despesas efetivamente realizadas nos 03(três) últimos exercícios financeiros.

A Receita estimada da Administração Direta foi de R\$ 36.155.678,19 (Trinta e seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezenove centavos) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo:

RECEITA ESTIMADA	VALOR R\$	DESPESA FIXADA POR FUNÇÃO	VALOR R\$
Receita Tributária	3.122.747,39	Legislativa	1.126.000,00
Receita de Contribuições	200.000,00	Judiciária	306.700,00
Receita Patrimonial	143.809,71	Administração	6.194.030,00
—		Segurança Pública	73.536,00
Receita Industrial	11.425,77	Assistência Social	1.175.320,96
Receita de Serviços	1.874.246,28	Previdência Social	950.000,00
Transferências Correntes	23.575.099,82	Saúde	9.764.371,15
Outras Receitas Correntes	896.198,13	Educação	8.203.850,17
RECEITAS CORRENTES	29.823.527,10	Cultura	922.500,00
Operações de Crédito		Urbanismo	4.414.934,64
Alienação de Bens	180.908,81	Habitação	166.500,00
Transferência De Capital	8.478.712,50	Saneamento	340.000,00
Outras Receitas de Capital		Gestão Ambiental	342.270,00
RECEITAS DE CAPITAL	9.479.621,31	Agricultura	320.540,00
Dedução de Receitas p/ Formação do FUNDEB	3.147.470,22	Energia	256.000,00
		Transporte	613.700,00
		Desporto e Lazer	130.000,00
		Encargos Especiais	826.190,00
		Reserva de Contingência	298.235,27
TOTAL GERAL	36.155.678,19	TOTAL GERAL	36.155.678,19



4.2- GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta abordagem, começaremos por analisar os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, o qual demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as receitas e despesas realizadas, atendendo-nos como instrumento de auxílio no controle da legalidade e eficiência das operações realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração e o emprego dos recursos públicos.

4.3- DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

Receita e Despesa Orçada em 2015	R\$	36.155.678,19
Créditos Suplementares autorizados no Orçamento (50%).....	R\$	18.077.839,10
Anulação para abertura de Créditos Suplementares (15,93%).....	R\$	5.759.755,67
DESPESA REALIZADA.....	R\$	22.883.312,64

Os créditos suplementares abertos no exercício de 2015 respeitaram o limite de 50% das despesas previstas no orçamento, de acordo com o art. 7º da Lei Municipal nº. 1.464/2014 (Lei Orçamentária Municipal).

4.4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A execução do Orçamento de 2015 atendeu as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

RECEITAS	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
Receitas Correntes	29.823.527,10	27.267.070,73	(2.556.456,37)
Receita de Capital	9.479.621,31	2.223.763,50	(7.255.857,81)
Dedução Receita Formação FUNDEB	(3.147.470,22)	3.319.506,13	172.035,91
Subtotal	36.155.678,19	26.171.328,10	(9.984.350,09)
Déficit do Orçamento			



TOTAL	36.155.678,19		
DESPESA	FIXADA	REALIZADA	DIFERENÇA
Créditos Orçamentários / Suplementares	36.155.678,19	26.025.326,74	(10.130.351,45)
Créditos Especiais			-
Créditos Extraordinários			-
SOMA	36.155.678,19		
SUPERAVIT		146.001,36	
TOTAL	36.155.678,19	26.171.328,10	(9.984.350,09)

4.5 – BALANÇO FINANCEIRO

TÍTULOS	RECEITA	DESPESA
Orçamentária	26.171.328,10	26.025.326,74
Interferências	1.299.801,84	1.299.801,84
Extra-orçamentária	4.748.507,38	4.168.616,63
Caixa	0,00	0,00
Bancos	1.969.284,39	1.709.913,64
TOTAL	34.188.921,71	33.203.658,85

4.6 – COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA – 2013/2014/2015

Promovemos aqui também uma Análise Horizontal (AH) e uma Análise Vertical (AV) da Receita Orçamentária do Município, demonstrando a evolução da arrecadação nos últimos três anos.

RECEITA ARRECADADA	2013			2014			2015		
	Arrecadação	AH %	AV %	Arrecadação	AH %	AV %	Arrecadação	AH %	AV %
RECEITAS CORRENTES	21.816.098,04			27.983.732,12			27.267.070,73		
Tributária	2.772.811,38	83,06	14,09	2.303.211,77	13,5	9,14	1.412.122,96	61,31	5,18
Contribuições	145.433,47	118,26	0,00739	171.985,59	11,6	0,68	180.591,34	105	0,67
Patrimonial	79.923,96	214,35	0,41	171.313,38	84	0,68	214.914,60	125,45	0,79
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	17.468,06		0,09	-		-			
Serviços	1.083.762,84	108,73	5,51	1.178.336,89	16	4,67	1.217.985,42	103,36	4,47



Transferências Correntes	17.594.048,13	136,25	89,38	23.971.529,86	9,9	95,08	24.057.347,46	100,35	88,23
Outras Receitas	427,04	43872,62	0,00	187.353,63	47,8	0,74	184.108,95	98,26	0,68
RECEITA DE CAPITAL	240.000,00	122,00	1,22	292.810,00	32	1,16	2.223.763,50		8,16
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	820.000,00	100,00	3,01
Alienação de Bens	-	-	-	182.090,00	98	0,72	-	-	-
Transferência de Capital	240.000,00	46,13	1,22	110.720,00	76	0,44	1.403.763,50	126,78	5,15
Outras Receitas Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB	(722.257,33)	308,01	3,67	(2.224.610,14)	141,18	8,82	3.319.506,13	149,21	12,18
TOTAL	19.683.761,14	128,08	100	25.210.744,28	143,41	100	26.171.328,10	148,45	100

4.7- COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO – 2012/2013/2014

Evidenciamos neste comparativo o desempenho da Administração agregando informações sobre a atuação em cada um dos setores em que o Governo executa as suas atribuições.

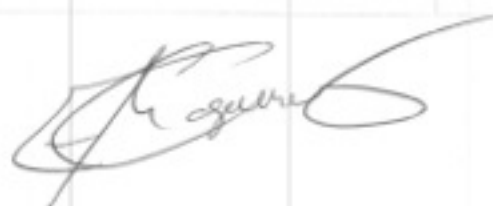
Despesa Realizada	2013			2014			Despesa	AH %	AV %
	Despesa	AH %	AV %	Despesa	AH %	AV %			
Legislativa	748.606,44	116,80	3,20	874.338,12		2,61	1.309.310,33	149,74	4,40
Judiciária	2.105.737,93	69,57	8,99	1.464.910,76		4,38	125.365,69	8,55	0,42
Administração	1.305.347,52	186,54	5,58	2.435.031,84		7,27	3.325.548,72	136,57	11,19
Segurança Pública	5.985,56	560,56	0,03	33.552,82		0,10	59.125,38	176,21	0,19
Assistência Social	547.434,96	188,44	2,34	1.031.589,34		3,08	896.671,50	86,92	3,01
Previdência Social	195.628,37	138,74	0,84	271.408,33		0,81	275.000,00	101,32	0,92
Saúde	5.576.767,06	143,72	23,82	8.014.725,42		23,94	6.931.516,81	86,48	23,34
Educação	4.704.221,10	157,66	20,09	7.416.891,34		22,16	7.288.371,35	98,26	24,54
Cultura	527.995,34	117,77	2,26	621.843,97		1,86	530.984,63	85,38	1,78
Urbanismo	1.912.635,49	179,54	8,17	3.433.960,33		10,26	5.619.139,13	163,63	18,92
Habitação	-	-	-	-		-	-	-	-
Saneamento	1.120.466,44	131,03	4,79	1.468.145,60		4,39	1.375.182,37	93,66	4,63
Gestão Ambiental	131.716,40	149,95	0,56	197.511,89		0,59	214.040,43	108,36	0,72
Agricultura	73.435,92	166,06	0,31	121.947,56		0,36	224.770,90	184,31	0,75
Comércio e Serviços	-	-	-	-		-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-		-	-	-	-
Energia	1.639,61	1411,13	0,01	23.137,01		0,07	349.221,47	1509,36	1,17



Transporte	133.921,72	254,33	0,57	340.608,07		1,02	115.295,10	33,84	0,38
Desporto e Lazer	124.103,35	221,36	0,53	274.711,28		0,82	407.816,15	148,45	1,37
Encargos Especiais	469.328,11	116,14	2,00	545.060,81		1,63	549.979,63	119,24	2,18
TOTAL	23.412.074,02	142,97	100	33.473.262,51		100	29.697.339,59		

4.8 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		VALORES
ATIVO FINANCEIRO		1.709.913,64
Caixa		-
Bancos		1.709.913,64
VINCULADO		-
Devedores Diversos		
Transferências Financeiras a Receber		-
ATIVO PERMANENTE		14.542.598,75
Bens Móveis		7.152.580,27
Bens Imóveis		5.727.573,72
Bens de Natureza Industrial		403.038,00
CRÉDITOS		1.259.406,76
Dívida Ativa		1.259.406,76
VALORES DIVERSOS		
Ações		
Almoxarifado		
SOMA DO ATIVO REAL		16.252.512,39
Passivo Real Descoberto		7.322.749,83
TOTAL GERAL		23.575.262,22
PASSIVO		-
PASSIVO FINANCEIRO		5.710.526,44
Restos a Pagar		4.481.442,82
Depósitos		1.229.083,62
Débitos de Tesouraria		-
Outras Operações		-
Transferências Financeiras a Conceder		-
PASSIVO PERMANENTE		17.864.735,78
Dívida Fundada Interna		17.864.735,78
Por Contratos		
SOMA DO PASSIVO REAL		
Ativo Real Líquido		
TOTAL GERAL		23.575.262,22



4.9 - ATIVO FINANCEIRO

Bancos – Foram conferidos todos os extratos bancários com os ajustes nos termos de conciliação das contas bancárias desta Prefeitura.

As aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais, tais como: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e ITAÚ.

Não constam valores em caixa (Disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro.

4.10- ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente registra em 31.12.2015, o montante de R\$ 1.969.284,39, com diminuição de 28,12% sobre o valor existente em igual data do exercício anterior R\$ 0.000.0000. O Ativo Permanente constitui 92,30% do Ativo Real.

4.11 – CRÉDITOS

A conta Dívida Ativa registra a movimentação que segue:

Saldo em 31.12.2015.....	17.864.735,78
Inscrição em 2014.....	820.000,00
(-) Cobrança.....	0,00
(-) Juros/ Multa.....	0,00
Saldo atual.....	17.864.735,78

4.12 - PASSIVO FINANCEIRO – Disponibilidades Financeiras

Valores demonstrados nos balanços e na relação de fornecedores conferem, estando ambos em igualdade de valores.

4.13- PASSIVO PERMANENTE

A Dívida Fundada Interna por contratos: INSS, SAAE, estão com seus valores demonstrados na Dívida Fundada Interna e em conformidade com o Balanço Patrimonial.

5 – CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

O Município de Abre Campo realizou Operações de Crédito no exercício de 2015 junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais conforme demonstrado no item 4.11..



6 – LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR E LIMITES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM O PESSOAL

6.1 – Inscrição de Restos a Pagar – No exercício de 2015, houve inscrição em Restos a Pagar no total de R\$ 2.916.458,83 (Dois milhões, novecentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos) despesas Processadas e Não Processadas.

Esse montante de restos a pagar refere-se ao fato de o Município de Abre Campo/MG estar com parte de suas obras ainda em andamento, ou seja, não concluídas.

6.2- Despesa com Pessoal - Da Receita de R\$ 21.383.406,75 (Vinte e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e seis reais e setenta e cinco centavos) o Município de Abre Campo efetuou uma despesa de R\$ 11.900.893,09 (onze milhões, novecentos mil, oitocentos e noventa e três reais e nove centavos) representando 55,654% de aplicação total (Câmara e Prefeitura) para a despesa de pessoal, obedecendo ao percentual exigido por lei.

6.3 – Despesa com Serviços de Terceiros - A despesa com serviços de terceiros do Poder Executivo no exercício de 2015 esta demonstrada dentro da despesas com pessoal respeitando os limites determinados pela Lei.

7 – APLICAÇÕES DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

7.1 – Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Total das Receitas	Gastos com Manutenção do Ensino	Percentual Aplicado
R\$ 18.663.769,83	R\$ 5.835.577,02	31,26%

- O Município aplicou o percentual mínimo exigido com manutenção e desenvolvimento do ensino público, conforme disposto no art. 212 da Constituição Federal /88.

7.2 – Demonstrativo da Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB

Recursos recebidos com aplicação financeira	Gastos com Fundeb	Aplicação 60%
R\$ 2.551.072,82	R\$ 2.545.153,43	99,76%

- O Município atendeu ao disposto no art. 22 da Lei Federal 11.494/07, quanto à aplicação dos recursos do FUNDEB para a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.



7.3 – Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços de Saúde

Foi atingido o percentual com despesas de recursos próprios em Saúde, conforme demonstrado abaixo. O Município de Abre Campo procurou captar recursos para a área de saúde, visto que, a despesa nessa área, principalmente com o pessoal, é alta.

Total das Receitas	Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde	Percentual Aplicado
R\$ R\$ 18.663.769,83	R\$ 3.962.631,13	21,23%

8– REPASSE MENSAL DOS RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO

Podemos afirmar que o Município obedeceu ao limite mínimo fixado no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal visto que o valor repassado real de 2015 foi de R\$ 1.299.801,84 (Um milhão, duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e um reais e oitenta e quatro centavos), como segue:

Receita Orçada da Câmara:R\$ 1.650.000,00

Valores repassados no exercício de 2015R\$ 1.299.801,84

A Câmara Municipal fez devoluções referente ao exercício de 2015 no valor total de R\$ 8.115,79 (Oito mil, cento e quinze reais e setenta e nove centavos).

9 – APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIRETO PRIVADO

O Município de Abre Campo através da Lei n.º 1.462/2014 de 22 de dezembro de 2014 que dispõe sobre a concessão de subvenções, efetuou os repasses às seguintes entidades:

ENTIDADE	REPASSE CONCEDIDO	PRESTAÇÃO DE CONTAS	DE APROVADA
APAE de Abre Campo	R\$ 19.600,00	SIM	SIM
Amparo à velhice - ASILO	R\$ 32.343,60	SIM	SIM



Santa Casa de Abre Campo - Hospital	R\$ 0,00		
AMAJW - CAIVE	R\$ 65.704,08	SIM	SIM
Corporação Musical Santo Antônio	R\$ 0,00		
Corporação Musical Santa Cecília	R\$ 0,00		
PASEP	R\$ 272.634,73		
EMATER/MG	R\$ 74.347,56		
Consortio de Saúde - CISAMAPI	R\$ 74.298,05		
PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACIA BÁSICA	R\$ 25.368,60		
Contribuição das AMM	R\$ 10.416,00		
Contribuição Montanhas e Fé	R\$ 1.200,00		
Associação dos Municípios da Microrregião Vale do Rio do Piranga - AMAPI	R\$ 18.219,42		
Associação CIMVALPI	R\$ 68.332,92		

O total do repasse perfaz um montante de R\$ 662.464,96 (seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

As entidades subvencionadas no exercício de 2015 apresentaram as prestações de contas conforme o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

10 – PATRIMÔNIO

Os bens patrimoniais do Município foram verificados e foi feita uma avaliação *in loco* das condições de uso dos mesmos, a influência da ação da natureza sobre os mesmos, o desuso e / ou outras situações que influenciaram na situação do bem.



11 - CONCLUSÃO

Os valores constantes deste relatório foram extraídos do sistema contábil da Prefeitura Municipal de Abre Campo, Câmara Municipal e SAAE que foram devidamente consolidados na prestação de contas. Os valores evidenciados neste relatório de controle interno são mencionados de acordo com as Leis e Normas específicas, visando o atendendo as novas normas de contabilidade. Informamos que as alterações e demais descrições serão relatadas na data final de maio de 2016.

Abre Campo(MG), 30 de março de 2016.


Carlos Eduardo da Cruz e Magalhães